

HABEAS CORPUS Nº 492.754 - SP (2019/0038719-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : ANTONIO ROBERTO SOARES
ADVOGADO : ANTONIO ROBERTO SOARES - SP206292
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCAS GABRIEL ALVES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de LUCAS GABRIEL ALVES, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que denegou o *writ* de origem.

O acórdão do Tribunal *a quo* tem a seguinte ementa (fl.58):

HABEAS CORPUS - Associação para o Tráfico Ilícito de Drogas - Insurgência contra o decreto de prisão preventiva exarado mediante decisão carente de fundamentação idônea, e embora estivessem ausentes os requisitos da custódia cautelar - IMPOSSIBILIDADE - Caso em que, a decisão se encontra suficientemente fundamentada. Ademais, demonstrada de forma adequada a presença dos requisitos ensejadores da custódia cautelar da paciente, em consonância com disposto artigo 93, inciso IX da Carta Magna. De outro lado, remanescem os requisitos da prisão preventiva, nos termos do art. 312, do CPP Periculum Libertatis - Ostenta condenação por tráfico ilícito de drogas Além disso, denotada a necessidade da prisão preventiva para assegurar a ordem pública, seriamente ameaçada com os concretamente graves fatos atribuídos ao paciente.
Ordem denegada.

O impetrante argumenta, em resumo, que houve a instauração de dois processos pelo mesmo fato, a Ação Penal 0008346-07.2018.8.26.0196, pelo crime capitulado do art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006 e o processo 1022763-45.2018.8.26.0196, objeto do presente *writ*, em razão do crime previsto no art. 35 da Lei de Drogas.

Defende que o primeiro processo mencionado culminou no HC 466.790/SP, de lavra desta relatoria, que determinou a liberdade provisória do ora paciente, com a substituição da prisão cautelar por medidas cautelares. Por assim ser, entende o impetrante que aquela ordem deve ser estendida ao presente processo por decorrer do mesmo fato. Aduz que não existe fundamento concreto no decreto prisional ora em testilha para o encarceramento cautelar do réu. Requer a concessão da ordem para a soltura do denunciado, ou a aplicação de medidas cautelares.

O paciente foi preso preventivamente, conforme anteriormente mencionado, pela prática do crime de associação para o tráfico, tipificado no

art. 35 da Lei 11.343/06.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos exigidos pelo art. 312 do CPP.

De início, a pretensão de extensão dos efeitos da decisão do HC 466.790/SP é claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito.

No mais, o decreto de prisão preventiva restou assim fundamentado (fls. 83/84):

“[...] 6. Em relação ao pedido de decretação da prisão preventiva dos réus formulado pelo representante do Ministério Público, decido:

Ab initio, ressalto que a hipótese se insere dentre aquelas previstas nos artigos 312, do C.P.P. e, em juízo perfunctório, não se vislumbra ter o acusado agido alicerçado por justificativas.

De outra parte, existem indícios de autoria (cf. depoimentos e documentação juntada na fase inquisitorial), elementos estes que permitem dizer, de sobejo, que há prova da existência do crime.

Trata-se, em verdade, de autos versando sobre infrações gravíssimas, previstas nos artigos narrados na exordial e, assim, a bem de se ver que houve grave violação da ordem jurídica estabelecida em cidade de porte médio e de baixo índice de crimes como tais causando, a conduta do indiciado, comoção social e insegurança dos munícipes.

Pela documentação dos autos os réus estavam associados de maneira super organizada para a prática de crimes na comarca e região.

Os réus respondem a outros processos de tráfico ilícito de entorpecentes e ao que tudo indica somente cessou a escalada criminosa com a prisão em outros processos, do contrário, continuariam a praticar novos crimes, demonstrando total descaso com as leis e principalmente com a sociedade.

Do mesmo modo, solto acusado, poderá ele, também, influir na colheita da prova oral, ameaçando vítimas, testemunhas e forjando provas, o que prejudicará, sobremaneira, a instrução criminal.

Pelo que se vê, é de rigor o deferimento da custódia preventiva requerida.

Como se vê, ainda que no *habeas corpus* n. 466.790/SP esta Corte Superior tenha concedido a ordem para substituir a prisão preventiva por outras cautelares, na presente demanda há informação relevante sobre o

potencial da associação criminosa, haja vista que consta no decreto prisional que o grupo está organizado para a prática de crimes na comarca e região, o que neste juízo liminar demonstra gravidade concreta.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de o acusado integrar organização criminosa, em razão da garantia da ordem pública. Nesse sentido: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJe 4/8/2014; RHC n. 47242/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 10/6/2014; RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 11/6/2014; RHC n. 48067/ES – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 18/6/2014. Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, v.g.: AgRg no HC n. 121622/PE – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Celso de Mello – DJe 30/4/2014; RHC n. 122094/DF – 1ª T. – unânime – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 4/6/2014; HC n. 115462/RR – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 23/4/2013.

Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator